



## FESTIVAL FOLCLÓRICO DE PARINTINS: influencias sociais e econômicas para as mulheres trabalhadoras informais na praça dos bois

Alcifran Ramos Martins<sup>1</sup>  
Mírian Araújo Mafra Castro<sup>2</sup>  
Rosemere Barbosa Guimarães<sup>3</sup>  
Deilson do Carmo Trindade<sup>4</sup>

**RESUMO:** Esta pesquisa analisa as influências sociais e econômicas do festival folclórico para as mulheres trabalhadoras informais na praça dos bois em Parintins/Am. Trata-se de uma pesquisa qualitativa em que utilizou-se observação direta e entrevista semiestruturada. Constatamos que a luta das mulheres por um espaço na praça dos bois configura sofrimento e humilhação desde o período do cadastramento até à permanência no local em que realizam suas vendas. No entanto, estas mulheres percebem a si mesmas como mulheres trabalhadoras “guerreiras” em que a independência econômica passa a ser uma realização que por séculos lhes foi negado.

**Palavras-chave:** Festival Folclórico; Trabalho Informal; Mulheres.

**ABSTRACT:** This research analyzes the social and economic influences of the folk festival for informal working women in the square the horse in Parintins / Am. It is a qualitative research that was used direct observation and semi-structured interview. We found that women's fight for a space in the square the horse sets suffering and humiliation from the registration period to stay in the place where they perform their sales. However, these women perceive themselves as working women "warriors" in which economic independence becomes a realization that for centuries was denied.

**Keywords:** Folk Festival; Informal work; Women.

---

<sup>1</sup>Especialista em Metodologia do Ensino Superior, pela Universidade do Estado do Amazonas.

<sup>2</sup>Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM; Acadêmica do curso de História- CESP/UEA/Parintins-Am

<sup>3</sup>Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM; Acadêmica do curso de História - CESP/UEA/Parintins-Am.

<sup>4</sup>Mestre e doutorando em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM

## **1. INTRODUÇÃO**

As festas populares são elementos constitutivos contidos do modo de vida e com significados diversos, sendo também capazes de atrair e reunir em um mesmo ambiente ou por um mesmo objetivo, pessoas de diferentes classes sociais, idades, religiões e etnias. Essas festas são imbuídas de trabalho, memórias e significados que se completam nas múltiplas temporalidades como em datas cívicas, festas de santos, folclore e outros que dotadas de fenômenos religiosos e culturais os sujeitos envolvidos tecem seus sentimentos, crenças e costumes.

No Brasil, a cultura popular tem grandes contribuições do índio, do negro e dos europeus que se misturaram e resultou um povo com uma história confusa, contraditória e inferiorizada ao longo dos tempos, mas que também tem seus encantos que contribui para a produção simbólica despertando nos pesquisadores muitos questionamentos. Nesse contexto, a Amazônia nos permite uma multiplicidade temática de escolhas, seja de natureza, de sociedade ou de cultura assegurando a substância social e histórica. A questão de gênero e trabalho na Amazônia requer um olhar sobre as representações do ser mulher em que carregadas de estereótipos estão ora atreladas à “mulheres despudoradas” ora a mulheres míticas como “lendárias Amazonas”. Em suas trajetórias de trabalho as mulheres trabalhadoras da Praça dos Bois também se descrevem em alguns relatos como “guerreiras” ressaltando suas construções sociais como economicamente autossuficientes, ainda que em um mercado de trabalho precarizado e vulnerável.

## **2. PARINTINS E A MERCANTILIZAÇÃO DO FOLCLORE**

As cidades amazônicas são como vetores de mudança na floresta urbanizada, em uma Amazônia de fronteiras em transformação que convive entre desenvolvimento tecnológico nos moldes do grande capital e os saberes de sua diversificada população em uma relação que envolve a necessidade de preservação de suas riquezas naturais e culturais e a sustentabilidade de seus povos (cf. Becker, 2013). Parintins nem sempre foi um município de população

predominante urbana, até a década de 1960 a maior parte dos habitantes residia na área rural, um total correspondente de 75% distribuído em colônias e comunidades, tendo como fonte econômica a juta e a malva, a pecuária, os produtos agrícolas e a pesca. A área urbana correspondia 25% da população do município e era basicamente dividida em três setores: Bairro Centro da Cidade; Bairro da Francesa e Baixa do São José (cf. Luz, 2006).

No que tange à origem do folclore indígena em Parintins este se manifesta nas representações da vida cotidiana de seus habitantes no contato com a natureza e seus elementos constitutivos (pássaros, plantas medicinais, rios e animais). Esta festa se inicia nos terreiros de moradores da cidade, conhecidos como fundadores dos bois-bumbá; nasce como uma brincadeira de pessoas simples, trabalhadores braçais e pescadores que se identificavam com o bumbá Caprichoso da parte “alta da cidade” ou Garantido da parte “baixa da cidade” (NOGUEIRA, 2008). Sua expansão a partir da década de 90 já sinaliza que o festival folclórico assume um novo modelo adotado pela indústria cultural que seduz e persuade, sob a alegação de que novos aditivos incorporados ao processo “trazem crescimento efetivo da economia para o município e este só tem a ganhar e crescer”. No ritual dos exageros cometidos pelo festival, estão os mutilados do boi “subvivendo” no esquecimento sem qualquer garantia previdenciária; sem contar com os que perderam a vida, durante o traslado de alegorias faraônicas, desproporcionais para a infraestrutura que a cidade oferece: precário sistema aéreo de fiação elétrica, vias de acesso inadequadas, ausência de área de concentração e desconhecimento de normas elementares de segurança no trabalho (cf. Guedes, 2002).

Ainda assim, o Estado aliado fiel ao capitalismo está sempre apto com ações criativas a seu favor em que é preciso maiores investimentos na ilustração do festival folclórico como via crucial para o desenvolvimento, a modernidade e o progresso de Parintins. Grandioso e ambicionado evento pela classe dominante tem de expandir a indústria cultural e nessa perspectiva é idealizado e construído o Complexo Turístico Denominado Praça das Águas, com um investimento de R\$ 2.487.801,00 (PPA, 2006) que no sentido dúbio contenta a exacerbada expressão do capitalismo selvagem enquanto diluí as esperanças e as possibilidades de inclusão de trabalhadores que participam temporariamente desses investimentos. Concluída em 2004 esse complexo passou a ser chamada de Praça dos Bois

onde atualmente é local de ocupação produtiva para vários trabalhadores informais que comercializam alimentos e bebidas e recebem certa atenção nos preparativos do Festival folclórico de Parintins.

Esse tipo de sistema produtivo é incontrolável pela sociedade, impondo-se, não mais à dinâmica própria da sociedade, de estilo auto poético, mas uma dinâmica alienada e alienante, de fora para dentro, de cima para baixo – a sociedade deixa de ser fim do capital, para tornar-se seu meio subalterno, indicando uma alienação das mais desumanas (DEMO, 2005 p.30).

Os trabalhadores(as) na maioria trabalhadores(as) informais experimentam todos os alçozes desse sistema em que têm se submetido à condições precárias de trabalho durante o ano todo elucidando a contradição da divulgação nacional e internacionalmente do festival folclórico de que os parintinenses alcançaram os avanços da modernidade. O avanço humilhante reflete a negação dos direitos trabalhistas em que a falta de oportunidade de participação na cadeia produtiva por meio de um emprego que lhes garanta no mínimo seguridade social tem sido uma luta constante. Daí a importância em refletir e discutir os impactos desse evento econômico-cultural para mulheres trabalhadoras informais, sobretudo para as mulheres que contribuíram para a realização deste trabalho.

### **3. O TRABALHO INFORMAL NUMA PERSPECTIVA DE GÊNERO**

A história da mulher contemporânea no mundo do trabalho tem seu marco no período da revolução industrial no século XIX, quando a produção artesanal começa a ser substituída pela manufatura fabril – mulheres e crianças – principalmente na indústria têxtil, eram consideradas mão-de-obra mais dócil e menos resistente às condições impostas pelo capital. Essa “proletarização” da mulher ou “feminização” dos assalariados é o traço fundamental da história feminina (Carrasco e Petti, 2012, p.20, 21) período em que marca a construção de um novo cenário para a construção do papel político e cultural da mulher formando-se novas relações entre homens e mulheres.

Esse processo, tem início no trabalho nas fábricas em que as condições de insalubridade para os trabalhadores em geral, mas para as mulheres refletia, sobretudo, na exploração, opressão, ocorrência de abusos sexuais e salários mais baixos que os homens (RAGO, 2001, HIRATA, 2012, CARRASCO E PETTI,

2012). A entrada em massa da mulher na produção e na vida cultural e política intensificam as mobilizações da classe trabalhadora por melhores condições de vida digna e de trabalho quando saem às ruas reivindicar seus direitos. Nessa perspectiva outros movimentos entram em cena para expressar suas insatisfações pelas desigualdades entre os homens e as mulheres seja de gênero, sexo e de classe ocorrendo as lutas feministas em defesa da igualdade e justiça social. Isso possibilitou conquistas significativas como: o acesso à educação, ao trabalho assalariado, ao direito de votar e ser votada, aos contraceptivos, a desfrutar de certa autonomia para o exercício da sexualidade. Os movimentos de mulheres têm como foco principal a desconstrução da naturalização das desigualdades entre os sexos em que são desencadeados estudos para compreender o patriarcado como forma de organizador das relações sociais.

É nesse cenário que as diferenças sociais entre os papéis feminino e masculino passam a ser estudados, questionados e refletidos e a categoria gênero para uma compreensão da relação de poder entre os sexos. Para Frota (1990, p.13) gênero diz respeito ao “caráter eminentemente social das distinções fundadas no sexo, rejeitando, portanto o determinismo biológico implícito no uso das expressões sexo e diferença sexual”. Miguel (2014, p.5) preconiza que gênero “não é a expressão de uma natureza, mas o resultado de um trabalho de pressões, constrangimentos e expectativas sociais. É organização social da diferença sexual”.

Na década de 1970 as mudanças ocorridas no mundo do trabalho mais a crise estrutural do capital exigem uma nova configuração do sistema capitalista (exigências tecnológicas e econômicas para uma nova dinâmica de trabalho) e isto vai resultar em um processo de perdas trabalhistas e precarização das condições de trabalho, aumentando o desemprego e diminuindo as unidades produtivas, criando formas flexíveis de contratos de emprego no mercado de trabalho: terceirização, emprego temporário, subcontrato e diversas formas autônomas do trabalho informal (CASTEL, 1998).

Nessa conjuntura, as extensas tarefas para as mulheres reflete a funcionalidade da sociedade capitalista que exige mais dessa população na produção da riqueza, porém em condições precárias e desigual à dos homens. Desse modo, podemos perceber a permanência e continuidade das desigualdades de gênero em que a divisão sexual do trabalho ainda recai sobre as mulheres seja

nas atividades desenvolvidas tanto no âmbito privado (reprodutivo) quanto no público (produtivo). Essa sobrecarga reduz o tempo livre das mulheres para as atividades políticas (CISNE, 2012, p. 115) implicando no aumento da exploração da sua força de trabalho e também na não participação e construção da identidade de classe. Para Hirata (2002, p.280) a divisão sexual do trabalho é considerada como um aspecto da divisão social do trabalho, e nela a dimensão opressão/dominação está fortemente contida. Para a autora, a partir de uma reflexão dialética, tendo como horizonte as rupturas, permanências e superações, suas modalidades variam no tempo e no espaço, mesmo que seus princípios organizadores permaneçam os mesmos. Sob esse prisma da dialética, de acordo com a autora é importante questionar a própria existência da divisão sexual do trabalho que além de não atender as exigências do mercado formal pela mínima qualificação profissional que possuem as mulheres da praça dos bois ainda compõem a fila interminável do exército de reserva em Parintins permeada por uma tripla jornada de trabalho. Neste sentido questionou-se às mulheres sujeito desta pesquisa que medidas poderiam ser tomadas pelo poder público para melhorar as condições de trabalho na área de alimentação da Praça dos Bois?

O capitalismo não poupa ninguém, todos têm que produzir para consumir nesse sistema. No entanto aos que não atendem as exigências do mercado com qualificação profissional certamente estão excluídos e/ou atuando em condições desumanas. Assim, as mulheres têm razão ao dizer que o poder público não tem como absorver todos os trabalhadores da praça em atividades produtivas, pois é a lógica do sistema que haja flexibilidade nas relações de produção, o que resulta no crescimento do trabalho informal (LEONE, 2010 apud BALTAR, 2001). Percebe-se nos relatos que essas mulheres estão sujeita à “própria sorte”. Sem proteção social e trabalhista esperam pelo menos melhorias nas qualidades sanitárias do lugar e assim não têm que passar pelo sacrifício a que são expostas anualmente para conseguir o cadastro e ter um espaço garantido no período do festival.

#### **4. A MULHER TRABALHADORA INFORMAL NA PRAÇA DOS BOIS**

A escolha das entrevistadas foi a partir da seleção de 03 mulheres reconhecidas como trabalhadoras da Praça dos Bois (Parintins-AM) que atuam

nesse espaço a cerca de dois a cinco anos e que se considerem mulheres economicamente independentes. Os resultados obtidos e suas análises estão assegurados pela ética profissional e resguardam o nome das participantes envolvidas. Nas entrevistas abordamos os temas Mulher, Trabalho Informal, Festival de Parintins e Praça dos Bois em que ao mesmo tempo que nos aprofundamos no foco principal da pesquisa que é analisar o trabalho informal numa perspectiva das mulheres que atuam na praça dos bois a partir das influencias socioeconômicas do Festival de Parintins em suas vidas, surgem outras questões imbricadas entre o ser mulher e a participação feminina no mercado de trabalho, pois a história pessoal de cada mulher trás em seus discursos tanto suas experiências de vida quanto suas relações em sociedade, considerando a concepção marxista de que “as mulheres” fazem suas histórias, mas em condições previamente determinadas (Heller, 2008).

Santos (2008); Guimarães (2010) consideram que as mudanças da percepção em relação ao papel da mulher na sociedade são importantes para o desenvolvimento de sua liberdade econômica, envolvem também questões sobre direitos a sexualidade e a formação de novos arranjos familiares (famílias matrifocais; famílias nucleares). De acordo com os dados do IBGE 2010 o crescimento no número de mulheres chefe de família e somando nas principais capitais do país 2,7 milhões trabalham em diversos setores públicos e privados.

As mulheres da praça dos bois evidenciam a importância do trabalho relacionado à independência feminina, contudo ressaltam a prevalência da dupla jornada enfrentada por muitas no espaço doméstico aliado à ausência de políticas públicas que visem dar assistência às especificidades da mulher inserida no espaço produtivo. O Estado que é masculino, pouco tem feito para mudar o quadro de desigualdades entre homens e mulheres e nesse sentido creche como direito social e de acesso ao ensino de crianças tem estado fora das pautas de debates na agenda parintinense dificultando ainda mais a vida das trabalhadoras informais de Parintins. Cabe destacar que a inserção da mulher no mundo do trabalho não a libertou das atividades domésticas e sua jornada de trabalho foi dobrada o que corrobora que as relações desiguais de gênero têm implicado no projeto de vida próprio dessas mulheres. Abreu e Sorj (1993, p. 23), pontuam que o trabalho domiciliar “(...) sempre se apoiou no trabalho doméstico e na divisão sexual do trabalho, tanto na esfera da produção, como na da reprodução”.

Frente às condições em que as mulheres da praça dos bois se encontram a alternativa é única e cruel pois a luta pela sobrevivência faz delas a trabalhadora polivalente que somada às suas várias habilidades fizeram da cozinha a forma produtiva de assegurar o mínimo necessário para o suprimento de suas necessidades básicas. O trabalho informal tem exigido dessas mulheres esforço dobrado dada à pouca qualificação que têm. Sem acesso aos direitos previdenciários muitas precisam abnegar o direito ao lazer para conseguir atingir uma renda necessária à sua sobrevivência e de sua família. A falta de políticas públicas para a mulheres trabalhadoras é um limite a ser superado para que haja igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica, pois realizar o trabalho informal já é um ônus pesado demais às trabalhadoras em situação de pobreza ou vulnerabilidade social sendo inaceitável que estas são mais de 52% da população brasileira, ainda não tenham acesso pleno a condições igualitárias nesta sociedade (BRASIL, 2013) até mesmo as que possuem ensino superior.

No percurso da pesquisa foi possível perceber que as trabalhadoras se sentem respeitadas pelo modo como atendem e zelam o ambiente onde trabalham porém, assumem a responsabilidade total por sua falta de oportunidades em qualificar-se profissionalmente quando jovem e demonstram o desejo de que as(os) filhas(os) não tenham a mesma ocupação produtiva. Revelam ainda que há necessidade de geração de emprego e renda, uma vez que até as atividades informais não conseguem suprir a demanda por uma economia autônoma da população parintinense. Todas essas condições efetivamente precárias de trabalho repercutem não só na materialidade, mas também na subjetividade do trabalhador (ANTUNES, 2007) em que se observa na população que trabalha na informalidade na praça dos bois certo descontentamento com o ritmo das vendas pois a concorrência acaba gerando desconfiança entre os próprios trabalhadores.

Em relação as aspirações dessas mulheres para o futuro envolvem o desejo de que suas filhas sigam outros caminhos, que estudem e tenham um emprego formal que lhes assegure ao menos estabilidade econômica. Para elas próprias esperam ter saúde e força para trabalhar em suas bancas, considerando que duas delas são mulheres entre os 60 anos de idade e suas forças produtivas apresentam a fadiga de anos de trabalho informal sem seguridade social. Assim, verifica-se que está na informalidade não é uma escolha mas uma imposição de



um sistema que controla e divide a riqueza socialmente produzida de forma desigual entre as classes, gênero e sexo.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As mulheres trabalhadoras informais na Praça dos Bois, que participaram dessa pesquisa, veem o festival folclórico de Parintins como um evento que traz aspectos positivos e negativos. Revelam ainda que a necessidade de geração de emprego e renda na cidade multiplica os trabalhadores informais evidenciando que apenas a indústria criativa “Boi Bumbá” não consegue atender as demandas e necessidades da população parintinense em ocupação produtiva. Constatamos que a luta das mulheres por um espaço na praça dos bois configura sofrimento e humilhação desde o período do cadastramento até à permanência no local em que realizam suas vendas. Essas condições expressam a precariedade do trabalho informal no mundo contemporâneo em que as desigualdades entre os gêneros refletem a indiferença do sistema capitalista onde o trabalho da mulher ainda é visto como “ajuda”, embora muitas vezes sejam elas quem mais contribuem com os provimentos da família. Concluimos que estas mulheres percebem a si mesmas como mulheres trabalhadoras “guerreiras” em que a independência econômica passa a ser uma realização dada a sua negação por séculos.

## **6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- ABREU, A. R. de P. & SORJ, B O trabalho invisível: estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1993.
- ANTUNES, Ricardo. Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho. Ed. Boitempo, São Paulo. 1999.
- BECKER, Bertha K. A Urbe Amazônida: a floresta e a cidade. 1ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.
- CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CISNE, Mirla. Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social. 1ª ed. Ed.: Outras Expressões. São Paulo, 2012.
- DEMO, Pedro. Dureza: pobreza política de mulheres. (Autores Associados). Campinas: São Paulo, 2005.

FROTA, Maria Helena de Paula. OSTENE, Maria do Socorro Ferreira (Org.). Família, Gênero e Geração. Temas Transversais. EDU. Fortaleza, 2001.

GUEDES, Fátima. Saga do boi-bumbá em preto e branco. SOMANLU, REVISTA DE ESTUDOS AMAZÔNICOS. Programa de Pós-Graduação em Natureza e Cultura na Amazônia. Universidade do Amazonas Publicação, ano II, nº 2-ed. Especial. Manaus: Valer, 2002 (p.51-58).

GUIMARÃES, Maria da Glória Vitório. Vida familiar e profissional: desafios e perspectivas. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2010.

HIRATA, H. Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

LEMO, Verena Cansanção da Silva. O Festival Folclórico de Parintins. Centro Universitário de Brasília – Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas – FASA. Monografia do Curso de Turismo: Brasília, 2005.

LEONE, Eugenia Troncoso. O perfil dos trabalhadores e trabalhadoras na economia informal / Eugenia Troncoso Leone; Escritório da OIT no Brasil. - Brasília: OIT, 2010. 1 v. (Série Trabalho Decente no Brasil: Documento de trabalho n.3). ISBN: 9789228237504 (web PDF).

LUZ, Marcos Aurélio Matos da (Org.). Projeto de trabalho técnico social de habitação. Parintins: Prefeitura Municipal de Parintins, 2006.

MIGUEL, Luís Felipe. A identidade e a diferença. In: BIROLI, Flávia. MIGUEL Luís Felipe. Feminismo e Política: uma introdução. Ed. Boitempo. São Paulo, 2014.

MOURA, Blenda Cunha. Amazônia cabocla de alma indígena: o festival de Parintins contemporâneo e as imagens da identidade amazônica no século XX. Trabalho monográfico. Curso de História da Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História. Curitiba, 2005.

NOGUEIRA, Wilson. Festas Amazônicas – boi-bumbá, ciranda e sairé. Manaus: Editora Valer, 2008.

<<www.parintins.com.br>> - Obra da Praça das Águas entra em fase de conclusão. Publicado: 05/06/2004. Acesso em: 28/10/2014.

<<www.parintins24hs.com.br>> - Receita de Caprichoso e Garantido pode ultrapassar R\$ 18 milhões. Publicado: Terça, 28 de Janeiro 2014, às 23hs 02mim. Acesso em: 28/10/2014.

SANTOS, Tânia Steren dos. Gênero e políticas sociais: novos condicionamentos sobre estrutura familiar. Ser Social, Brasília, v.10, n. 22, p. 97-128, jan./jun. 2008.